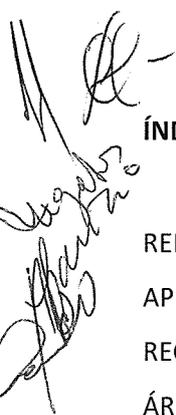




*Legitimada
P. Maria
P. João*

RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2022



ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	3
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO	3
RECURSOS HUMANOS	3
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	4
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).....	4
Centro de Dia (CD)	4
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).....	5
CULTO RELIGIOSO	5
ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS	6
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	7
Rendimentos.....	7
Gastos	9
Ativo e Passivo	10
Resultados do período.....	11
DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL	11
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, instituída em 1509, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, detendo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

Dando cumprimento ao Compromisso da Irmandade, e de acordo com o estipulado na alínea e) do artigo 27.º, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, nos termos do exposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 22.º do referido Compromisso, submete à apreciação, discussão e aprovação da Assembleia Geral o “Relatório e Contas do ano 2022”, aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 22 de março de 2023, o respetivo Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal de Contas.

O presente relatório visa apresentar o desempenho da Instituição refletindo as suas atividades de forma geral no sentido do cumprimento dos seus objetivos, e encontra-se elaborado de acordo com a legislação em vigor, respeitando as especificidades do SNC-ESNL.

As demonstrações financeiras refletem as receitas e despesas ocorridas em 2022, e os direitos e obrigações da Instituição.

O trabalho desenvolvido continua a merecer o empenho e dedicação de muitas pessoas, aos quais agradecemos e felicitamos pela sua contribuição, dentro das suas competências e responsabilidades, para o desenvolvimento de toda a atividade institucional.

O ano de 2022 ficou marcado por algumas limitações provocadas pela pandemia COVID-19, e, essencialmente, pela “Guerra na Ucrânia”, que causou uma incerteza financeira, originando o aumento da taxa de inflação, com enorme impacto no preço de bens e serviços externos.

É importante referir que a atual Mesa Administrativa tomou posse a 15 de janeiro de 2022, após demissão da antiga Mesa Administrativa.

RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem um pilar fundamental para o funcionamento e sucesso da Instituição. O custo com recursos humanos têm um peso orçamental considerável (superior a 60%), pelo que é fundamental uma gestão criteriosa dos recursos existentes.

É importante expressar a todos os trabalhadores um agradecimento especial pelo empenho e dedicação demonstrada, contribuindo para a qualidade dos cuidados prestados aos nossos utentes.

Durante o ano de 2022, e devido à necessidade imperiosa de equilibrar as contas da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, foi promovido um processo de despedimento coletivo, que levou à cessação de contrato com 17 trabalhadores.

A 31 de dezembro, o quadro de pessoal contava com 65 trabalhadores, dos quais apenas 55 se encontravam a prestar serviço efetivo. Este dado faz realçar o alto nível de absentismo verificado



ao longo do ano de 2022, tendo sido necessário contratar 8 trabalhadores a termo incerto (em regime de substituição) para combater esse facto.

Na tabela seguinte encontram-se discriminados alguns dados indicativos das principais características dos trabalhadores e das tipologias de contrato.

Recursos Humanos		Total de trabalhadores
Género	Masculino	4
	Feminino	61
Tipo de contrato	Contrato sem termo	57
	Contrato a termo incerto	8
Regime de horário	A tempo completo	63
	A tempo parcial	2

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

As respostas sociais desenvolvidas são direcionadas à Terceira Idade, destinadas a utentes que derivado do grau de dependência, do isolamento, das relações familiares ou da sua incapacidade, necessitem de um processo de acompanhamento.

A Santa Casa da Misericórdia de Sardeal, durante o ano de 2022, desenvolveu as suas atividades nas respostas sociais de Estrutura Residencial para pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Respostas sociais	Capacidade	Vagas em Acordo de Cooperação com o ISS	N.º médio de utentes em 2022	N.º utentes a 31/12/2022
ERPI – Centro Santa Maria da Caridade	44	44	44	44
Unidade – Outeiro da Velha	13	0	13	13
Centro de Dia	70	44	11	8
Serviço de Apoio Domiciliário	60	60	27	33

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

No ano de 2022, a ERPI apresentou uma taxa de ocupação igual ao total da sua capacidade, isto é, com 44 utentes (dos quais 4 ocupam vagas reservadas à Segurança Social). Continua a ser garantido um conjunto de serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, de forma a promover a satisfação das necessidades dos utentes.

Centro de Dia (CD)

O n.º médio de utentes a frequentar a resposta social foi de 11. No ano de 2022, ainda com a incerteza vivida devido à pandemia COVID-19, a esperada procura pelos serviços desta resposta social

não se veio a confirmar, tendo no entanto, ocorrido nos últimos meses do ano, um aumento na procura pelos serviços de CD. Essa procura acabou por ser contra balanceada com as saídas de alguns utentes, nomeadamente para respostas sociais para a terceira idade, com alojamento.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Visando a prestação de cuidados ao domicílio, para satisfação das necessidades identificadas em cada agregado familiar, durante o ano de 2022, registou-se um acréscimo na procura por estes serviços (comparativamente a 2021). Registou-se um aumento do n.º de utentes ao longo do ano, o qual só não teve um crescimento mais acentuado devido ao facto de, à semelhança da resposta social de CD, terem ocorrido algumas saídas de utentes. O n.º médio de utentes registado foi de 27.

Ao longo do ano de 2022, deu-se continuidade ao Protocolo de Colaboração com o Instituto da Segurança Social, no âmbito do programa POAPMC, onde a Instituição atua como entidade mediadora, através da entrega de bens alimentares aos destinatários.

Através da renovação do Protocolo de Colaboração com o Município de Sardoal, a Instituição continuou a confeccionar e fornecer refeições no âmbito de ações de proteção civil. De 17 de março a 28 de outubro, a Instituição forneceu as refeições principais (almoço e jantar) ao grupo de refugiados que se encontrava realojado no concelho, por consequência da Guerra na Ucrânia.

CULTO RELIGIOSO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal é uma associação com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das 14 obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, cujo fim visa também a realização de atos de culto católico.

Para a prossecução desses fins, diariamente, concretizam-se momentos de oração e reflexão espiritual, nomeadamente rezar o terço, no Centro Santa Maria da Caridade, ou a visualização e acompanhamento da celebração eucarística na televisão.

De acordo com o estabelecido no artigo 12.º do Compromisso da Irmandade, no ano de 2022, realizaram-se os seguintes atos de culto divino:

- As cerimónias litúrgicas da Semana Santa;
- A Procissão do Senhor da Misericórdia, vulgo Procissão dos Fogaréus, na Quinta-Feira Santa (dia 14 de abril);
- Celebração em honra do Senhor Jesus dos Remédios, no terceiro domingo de Páscoa (dia 1 de maio);
- A Festa da Visitação da Nossa Senhora (dia 31 de maio);
- A Solenidade de Santa Maria da Caridade (dia 2 de outubro).

ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

Durante o ano de 2022 foram abrangidos nas atividades socioculturais os clientes das várias respostas sociais. As atividades realizadas podem ser agrupadas em diversos tipos: jogos tradicionais, expressão plástica, lúdico-recreativas, culturais/espirituais, desportivas, intelectuais/formativas, sociais, saúde, quotidianas e festivas.

Estava previsto no Plano Anual de Atividades para o ano de 2022, a realização de 30 atividades festivas/temáticas, tendo sido realizadas 28 dessas atividades, o que representa uma taxa de realização superior de 93%. A não realização das 2 atividades deveu-se a surto de COVID-19 na Instituição.

Tema da atividade	Mês de realização	Cumprimento	Observações
Cantar os reis	Janeiro	Realizada	
Dia internacional do riso	Janeiro	Realizada	
Dia da escrita à mão	Janeiro	Realizada	
Dia do amor	Fevereiro	Realizada	
Comemoração do carnaval	Março	Não realizada	Impossibilidade de realização devido a surto de COVID-19 na Instituição.
Quarta feira de cinzas	Março	Não realizada	Impossibilidade de realização devido a surto de COVID-19 na Instituição.
Dia da mulher	Março	Realizada	
Dia do pai	Março	Realizada	
Visita ao Museu Ibérico de Abrantes	Março	Realizada	
Semana santa/páscoa	Abril	Realizada	
Festa do Sr. Dos Remédios	Abril	Realizada	
Dia dos Moinhos	Abril	Realizada	
Dia da mãe	Maio	Realizada	
13 de maio	Maio	Realizada	
Dia da espiga	Maio	Realizada	
Dia internacional dos museus	Maio	Realizada	
Festa da visitação	Maio	Realizada	
Sardinhada na Lapa	Junho	Realizada	
Dia dos avós	Julho	Realizada	
Participação na mostra de saberes e sabores	Setembro	Realizada	
Dia mundial do turismo	Setembro	Realizada	
Dia nacional dos castelos	Outubro	Realizada	
Dia mundial da saúde mental	Outubro	Realizada	
13 de outubro	Outubro	Realizada	
Dia mundial do património audiovisual	Outubro	Realizada	
Comemoração do Mês do Idoso	Outubro	Realizada	
Participação na exposição "Cavalos da Nossa Coudelaria"	Outubro	Realizada	
Dia do cinema	Novembro	Realizada	
Magusto	Novembro	Realizada	
Festa de natal	Dezembro	Realizada	

Pelo exposto, podemos fazer um balanço positivo e constatar que o Plano Anual de Atividades foi cumprido.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para uma análise mais detalhada da atividade desenvolvida no ano de 2022, apresenta-se as notas mais significativas das demonstrações financeiras, de modo a evidenciar a verdadeira situação financeira e patrimonial. São também evidenciados alguns factos importantes com impacto na situação atual e futura da Instituição.

No ano de 2022, a Instituição viu ser-lhe aprovada a Candidatura ao Programa PARES 3.0, tendo já sido assinado o contrato de financiamento no valor de 219 232,00 €, com vista à “alteração do edifício de ERPI – requalificação dos claustros”. O projeto tem um custo total previsto de 296 000,00 €, e visa a criação de 14 novas vagas em ERPI (aumentando a capacidade de 44 para 58 utentes). Este investimento, aliado a outros que se encontram em aberto, têm uma especial importância na necessidade de aumentar as receitas e inverter o desequilíbrio financeiro.

Também em 2022, foi aprovada a candidatura ao PRR – Mobilidade Verde Social – Aquisição de veículos elétricos, com vista à aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias para a resposta social de SAD. O apoio financeiro aprovado é de 25 000,00€. A adjudicação já está concluída, e o respetivo contrato assinado, mas no entanto prevê-se um atraso na entrega da viatura.

Foi também aprovada a candidatura ao apoio financeiro do Fundo de Socorro Social, no valor de 311 935,71 €. Esta verba permitiu diminuir o passivo, que a 31/12/2021 tinha um valor de 929 903,82 €.

Durante o ano de 2022, face à necessidade urgente de liquidez de tesouraria para fazer face aos compromissos diários da Instituição, procedeu-se à alienação de património imóvel. As alienações originaram mais-valias totais no valor de 29 652,60 €, com impacto positivo nos resultados.

Rendimentos

As principais receitas são provenientes de mensalidades dos utentes, participações da segurança social, subsídios atribuídos, quotas, donativos e imputação da percentagem dos subsídios ao investimento.

A rubrica de “Vendas e serviços prestados” reflete a venda de ativos biológicos (cortiça) e os serviços prestados pela Instituição. Esta rubrica apresenta uma evolução negativa, á imagem dos últimos anos, muito por conta da diminuição de utentes que se registou na resposta social de Centro de Dia.

Rúbrica	2022	2021	Varição
Vendas	7 500,00 €	0,00 €	7 500,00 €
Serviços prestados			
Terceira Idade	468 265,56 €	492 147,45 €	-23 881,89 €
Quotizações e jóias	3 467,00 €	0,00 €	3 467,00 €
Serviços secundários	39 300,45 €	41 984,69 €	-2 684,24 €
Fornecimento de refeições (Protocolo CMS)	8 429,50 €	1 883,90 €	6 545,60 €
	526 962,51 €	536 016,04 €	-9 053,53 €

NOTA: Em 2021, os valores de “Quotizações e jóias” foram registados na rubrica “Outros rendimentos”.



No mesmo sentido, regista-se um decréscimo nos valores registados na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, muito devido ao impacto da redução das participações da Segurança Social (Acordos de Cooperação), diretamente relacionado com a diminuição do n.º de utentes.

Os “Apoios extraordinários” recebidos e o registo dos “Donativos” nesta rubrica atenuou o decréscimo total desta rubrica.

Rúbrica	2022	2021	Varição
POAPMC	1 143,90 €	669,60 €	474,30 €
Acordos de Cooperação	378 816,28 €	434 631,36 €	-55 815,08 €
Apoios extraordinários	18 661,69 €	1 672,00 €	16 989,69 €
IEFP	6 945,33 €	9 601,39 €	-2 656,06 €
Subsídios eventuais	5 936,00 €	4 605,25 €	1 330,75 €
Subsídios de outras entidades	4 338,93 €	4 859,86 €	-520,93 €
Donativos	16 296,09 €	0,00 €	16 296,09 €
	432 138,22 €	456 039,46 €	-23 901,24 €

NOTA: Em 2021, os valores de “Donativos” foram registados na rubrica “Outros rendimentos”.

A rubrica “Outros rendimentos” também apresenta uma evolução negativa, desde logo pelo decréscimo do valor de mais-valias de alienações de imóveis, dos rendimentos de edifícios e outras construções (arrendamentos) e da imputação da percentagem dos subsídios ao investimento.

O valor registado em 2021 na rubrica “Outros rendimentos similares” respeita a “Quotizações e joias” e “Donativos”, que em 2022 aparecem evidenciados nas rubricas “Serviços prestados” e “Subsídios, doações e legados à exploração”, respetivamente.

Rúbrica	2022	2021	Varição
Rendimentos suplementares	9 458,33 €	11 087,77 €	-1 629,44 €
Descontos de PP obtidos	1 327,83 €	1 566,88 €	-239,05 €
Alienações	31 377,90 €	104 513,62 €	-73 135,72 €
Rendas e outros rendimentos	164 322,92 €	219 203,34 €	-54 880,42 €
Correções relativas a períodos anteriores	1 545,94 €	9 228,40 €	-7 682,46 €
Imputação de subsídios ao investimento	17 622,35 €	18 404,45 €	-782,10 €
Outros não especificados	1 410,00 €	0,00 €	1 410,00 €
Juros	0,00 €	26,69 €	-26,69 €
Outros rendimentos similares	0,00 €	23 536,77 €	-23 536,77 €
	227 065,27 €	387 567,92 €	-160 502,65 €



Gastos

Ao longo do ano 2022, os gastos foram analisados mensalmente, com vista a um controlo criterioso, sem nunca colocar em causa a boa prestação de serviços e cuidados aos utentes, com vista ao seu bem-estar.

Rúbrica	2022	2021	Varição
Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	102 251,39 €	71 128,51 €	31 122,88 €
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	261 302,86 €	272 841,84 €	-11 538,98 €
Gastos com pessoal	948 387,28 €	1 119 529,51 €	-171 142,23 €
Gastos de depreciação e amortização	134 949,23 €	142 322,83 €	-7 373,60 €
Juros de financiamentos	4 320,05 €	5 726,16 €	-1 406,11 €
Outros Gastos	9 205,44 €	35 762,75 €	-26 557,31 €
	1 462 438,25 €	1 649 332,60 €	-186 895,35 €

A “Guerra na Ucrânia” teve um impacto enorme nos gastos da Instituição, pelo motivo de ter contribuído para o aumento da taxa de inflação, que, por sua vez, originou o aumento generalizado do custo de bens e serviços ao longo do ano. Isso fica desde logo evidenciado na rubrica “CMVMC” – aquisição de bens alimentares – com um acréscimo de 31 122,88 €, comparativamente ao ano 2021. Nas restantes rúbricas regista-se uma evolução positiva, com a diminuição dos valores registados, comparando com 2021.

A maioria das rubricas de “Fornecimentos e serviços externos” apresenta um decréscimo no valor registado. Já em sentido contrário, os gastos com “Água” cresceram exponencialmente (com um aumento de 27 833,68 €), devendo-se o mesmo à alteração dos tarifários em vigor.

Rúbrica	2022	2021	Varição
Serviços especializados	54 227,24 €	56 867,18 €	-2 639,94 €
Materiais (de desgaste rápido)	8 312,19 €	2 407,28 €	5 904,91 €
Energia e Fluidos			
Eletricidade	14 488,92 €	24 389,17 €	-9 900,25 €
Combustíveis	7 720,44 €	6 424,69 €	1 295,75 €
Água	33 420,44 €	5 586,76 €	27 833,68 €
Gás	15 565,87 €	21 287,01 €	-5 721,14 €
Energia Térmica	32 387,84 €	40 482,38 €	-8 094,54 €
Pellets	3 191,75 €	0,00 €	3 191,75 €
Deslocações e transportes	254,05 €	208,27 €	45,78 €
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	8 907,34 €	9 291,62 €	-384,28 €
Comunicação	7 299,05 €	7 478,85 €	-179,80 €
Seguros	4 765,13 €	5 558,29 €	-793,16 €
Contencioso e notariado	1 722,99 €	160,50 €	1 562,49 €
Higiene e conforto - fraldas	24 363,44 €	29 353,33 €	-4 989,89 €
Produtos de limpeza/higiene, detergentes e outros	44 676,17 €	63 346,51 €	-18 670,34 €
	261 302,86 €	272 841,84 €	-11 538,98 €

A Mesa Administrativa deliberou adquirir a caldeira de aquecimento (a pellets), a funcionar nas instalações da Instituição, o que originou a redução do valor de energia térmica em 8 094,54 €. A partir de 1 de outubro, a Instituição ficou responsável pela aquisição direta das pellets, mantendo a assistência técnica ao equipamento. Esta operação demonstrou-se rentável para a Instituição visto que da conjugação das duas rubricas, comparativamente a 2021, resulta um decréscimo de gastos no valor de 4 902,79€.

Relativamente à rubrica “Gastos com pessoal”, com o aumento de 40,00 € no salário mínimo nacional, previa-se um acréscimo nos gastos superior a 42 mil euros. Para equilíbrio das contas, que se encontravam completamente desproporcionais, foi necessário proceder à reestruturação do quadro de pessoal. Procedeu-se a um despedimento coletivo, que levou à cessação do contrato de 17 trabalhadores, que mesmo tendo originado gastos extraordinários de 36 446,21 € (considerando só o valor das indemnizações), permitiu reduzir a carga salarial para o 2º semestre de 2022. Isto, aliado ao já referido absentismo de alguns trabalhadores, originou um decréscimo de 171 142,53 € comparativamente ao ano anterior.

Rúbrica	2022	2021	Variação
Remunerações dos órgãos sociais	0,00 €	7 200,00 €	-7 200,00 €
Pessoal - remuneração certas	630 181,50 €	768 428,03 €	-138 246,53 €
Pessoal - remunerações adicionais (sub. turno, alim., ab. falhas)	113 280,59 €	142 160,30 €	-28 879,71 €
Encargos sobre remunerações - segurança social	150 969,36 €	186 407,19 €	-35 437,83 €
Encargos sobre remunerações - fundo de compensação	143,23 €	192,01 €	-48,78 €
Seguros de Acid. Trabalho	8 352,75 €	9 557,15 €	-1 204,40 €
Indemnizações por despedimento	36 446,21 €	1 396,50 €	35 049,71 €
Outros gastos com pessoal	9 013,64 €	4 188,33 €	4 825,31 €
	948 387,28 €	1 119 529,51 €	-171 142,23 €

Ativo e Passivo

Em 2022, o valor do ativo, diminuiu em 294 687,48 €, comparando com o ano de 2021, muito por força da alienação de Ativos Fixos Tangíveis (imóveis). Nas disponibilidades (Caixa e Depósitos Bancários) verificou-se um aumento, no valor de 80 087,65 €, face a 2021, também por conta das receitas de alienação de imóveis.

O passivo, comparando com o ano de 2021, o valor diminuiu em 334 968,01 €, registando a 31 de dezembro o valor de 594 935,81 €. Deste valor, destaca-se a diminuição dos valores da rubrica “Financiamentos obtidos”, por conta da amortização de capital de empréstimos bancários e *leasing*. As rubricas “Fornecedores” e “Estado e outros entes públicos” registam uma diminuição no valor registado de 75,0 e 75,5%, respetivamente.

Rúbrica	2022	2021	Variação	Variação %
Financiamentos obtidos	257 800,08 €	286 390,94 €	-28 590,86 €	-10,0%
Fornecedores	49 665,11 €	198 990,44 €	-149 325,33 €	-75,0%
Estado e outros entes públicos	30 086,69 €	123 053,17 €	-92 966,48 €	-75,5%

O valor registado na rubrica do passivo “Diferimentos” respeita a rendas diferidas (151,42 €) e à antecipação do pagamento de valor parcial referente ao aumento das participações dos acordos com a segurança social para o ano 2023 (27 466,97€).

Até 2022
A favor

Resultados do período

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos é negativo, no valor de 140 981,33 €, e o resultado líquido do período é também negativo, no valor de 280 250,61 €.

É importante realçar que o valor do apoio financeiro do Fundo de Socorro Social (311 935,71 €) não tem impacto nos resultados apresentados, tendo o mesmo sido registado em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Resultados transitados”. Este procedimento visa não desvirtuar os resultados do ano de 2022 relativamente à verdadeira realidade institucional dos serviços prestados e à necessidade contínua de apoio e colaboração.

Considerando todos os desafios que o ano 2022 apresentou, e relembrando todo o trabalho desenvolvido e as medidas adotadas, do qual se faz um balanço positivo, pode-se afirmar que a Instituição está no bom caminho para inverter a tendência de resultados negativos dos últimos anos, sendo para tal necessário continuar o trabalho até agora desenvolvido. É essencial procurar um equilíbrio entre necessidades e exigências do dia-a-dia e a capacidade financeira atual da Instituição.

DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária ou à Segurança Social, nem a outras entidades públicas. A 31 de dezembro de 2022, encontravam-se regularizados os valores que constavam nos acordos de planos prestacionais estabelecidos com a Segurança Social.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe aplicar o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 280 250,61 € (negativo em duzentos e oitenta mil, duzentos e cinquenta euros e sessenta e um centimos), em resultados transitados.

Sardoal, 22 de março de 2023

A Mesa Administrativa
Manuel António Dinhal
Mesa da Grécia Salgueiro Sousa Alves
José Paulo Afonso
José Carlos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço;
- Demonstração de resultados por naturezas;
- Demonstração de resultados por naturezas por resposta social/atividade;
- Demonstração de fluxos de caixa;
- Demonstração das alterações de fundos patrimoniais;
- Anexo.

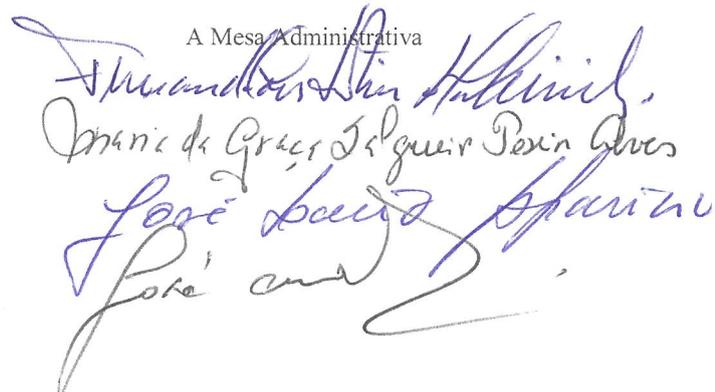
Manoel Antônio Almeida,
Maria da Graça Salgueiro Pereira Alves
Luís Carlos Martins
José Carlos

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 534 953,00	3 884 766,01
Bens do património histórico e cultural	5	847 930,00	847 930,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	18 522,97	23 826,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 401 405,97	4 756 522,26
Activo corrente			
Inventários	9	10 145,02	15 789,47
Créditos a receber	17.3	25 621,95	32 793,47
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	2 636,51	3 334,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	1 642,00	838,00
Diferimentos	17.5	18 985,88	19 887,56
Outros ativos correntes	17.4	12 258,78	18 306,38
Caixa e Depósitos Bancários	17.6	86 609,11	6 521,46
		157 899,25	97 470,44
Total do ativo		4 559 305,22	4 853 992,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-286 878,75	-567 440,52
Excedentes de revalorização		2 396 613,92	2 548 431,06
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 875 987,83	1 925 990,10
	17.7	4 244 620,02	4 165 877,66
Resultado líquido do período		-280 250,61	-241 788,78
Total dos fundos patrimoniais		3 964 369,41	3 924 088,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	164 495,38	229 373,83
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		164 495,38	229 373,83
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	49 665,11	198 990,44
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	30 086,69	123 053,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7 e 8	93 304,72	57 017,11
Diferimentos	17.5	27 618,39	6 484,91
Outros Passivos Correntes	17.1	229 765,52	314 984,36
		430 440,43	700 529,99
Total do passivo		594 935,81	929 903,82
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 559 305,22	4 853 992,70

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



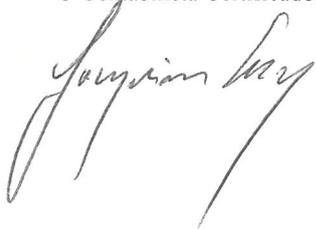
Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501157549

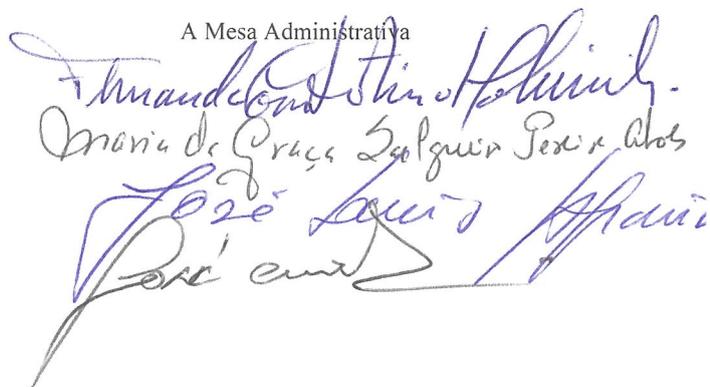
Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	10	526 962,51	536 016,04
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 17.12	432 138,22	456 039,46
Variação nos inventários da produção	9	-7 544,00	1 000,00
Trabalhos para a própria entidade	17.11	1 530,76	2 389,91
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-102 251,39	-71 128,51
Fornecimentos e serviços externos	17.13	-261 302,86	-272 841,84
Gastos com o pessoal	15	-948 387,28	-1 119 529,51
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	12,88	22 509,49
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.14	227 065,27	387 567,92
Outros gastos	17.15	-9 205,44	-35 762,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-140 981,33	-93 739,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-134 949,23	-142 322,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-275 930,56	-236 062,62
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos	17.16	-4 320,05	-5 726,16
Resultados antes de impostos		-280 250,61	-241 788,78
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-280 250,61	-241 788,78

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR RESPOSTA SOCIAL
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : EUROS

RENDEIMENTOS E GASTOS	NOTAS	RESPOSTAS SOCIAIS / ATIVIDADES										TOTAL		
		ERPI	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIAR	EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	PATRIMÓNIO	PROTOCOLO MUNICÍPIO/SEMS	PROGRAMA PARES 3.0	ALIMENTAÇÃO REFUGIADOS	POAPMC	TOTAL			
Vendas e serviços prestados		390 246,09	30 094,70	87 225,22	7 500,00	3 467,00	8 429,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526 962,51
Subsídios, doações e legados à exploração		283 087,68	12 701,86	114 569,76	4 338,93	16 296,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 143,90	432 138,22
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	-7 544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 544,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	1 530,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 530,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-43 703,81	-23 022,71	-25 626,59	-23,31	0,00	-1 327,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102 251,39
Fornecimentos e serviços externos		-152 733,60	-37 677,83	-48 280,49	-2 706,44	-14 927,68	-148,60	-3 505,50	-1 322,72	0,00	0,00	0,00	0,00	-261 302,86
Gastos com o pessoal		-551 289,50	-212 276,53	-177 772,02	0,00	-558,42	-1 902,05	0,00	-4 588,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-948 387,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-32,00	-736,29	0,00	781,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,88
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos		4 378,84	4 337,27	1 056,76	0,00	215 584,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 707,70	227 065,27
Outros gastos		-2 511,84	-289,42	-319,99	-438,31	-5 645,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 205,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-72 526,14	-226 164,66	-49 883,64	2 657,63	214 996,98	5 051,35	-3 505,50	-14 458,95	2 851,60	0,00	0,00	0,00	-140 981,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-12 116,39	-6 284,39	-5 624,16	0,00	-110 924,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-134 949,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-84 642,53	-232 449,05	-55 507,80	2 657,63	104 072,69	5 051,35	-3 505,50	-14 458,95	2 851,60	0,00	0,00	0,00	-275 930,56
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	-4 320,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 320,05
Resultados antes de impostos		-84 642,53	-232 449,05	-55 507,80	2 657,63	99 752,64	5 051,35	-3 505,50	-14 458,95	2 851,60	0,00	0,00	0,00	-280 250,61
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-84 642,53	-232 449,05	-55 507,80	2 657,63	99 752,64	5 051,35	-3 505,50	-14 458,95	2 851,60	0,00	0,00	0,00	-280 250,61

O Contabilista Certificado

Assinatura do Contabilista

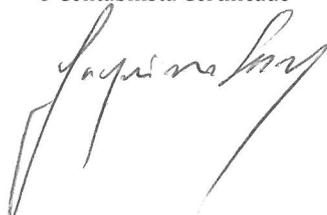
A Mesa Administrativa

Assinatura da Mesa Administrativa
 Maria da Graça Salgueiro Bastos dos
 José Luís Afonso
 Luís Carlos

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM Dezembro DE 2022

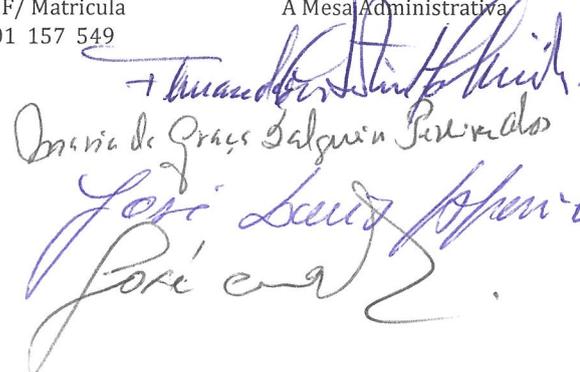
RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2022	Dezembro 2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		546 717,49	556 535,25
Pagamentos a fornecedores		409 189,40	326 281,50
Pagamentos ao pessoal		986 017,34	1 148 689,53
Outros recebimentos/pagamentos	Caixa gerada pelas operações	(848 489,25)	(918 435,78)
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	550 008,57	575 985,10
		(298 480,68)	(342 450,68)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		5 085,96	9 083,79
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		249 647,90	
Investimentos financeiros		7 067,06	
Outros activos		164 322,92	323 716,96
Subsídios ao investimento			23 590,15
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	414 188,14	338 223,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		80 000,00	236 537,97
Doações		0,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		108 590,84	567 690,17
Juros e gastos similares		7 028,97	11 907,46
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(35 619,81)	(343 059,66)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		80 087,65	(347 287,02)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.6	6 521,46	353 808,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.6	86 609,11	6 521,46

O Contabilista Certificado



NIF/ Matricula
501 157 549

A Mesa Administrativa


 Maria de Graça Balgoin Pereira
 Jorgi Silva
 Jorgi Silva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do capital próprio
1	17.7	225 937,34	0,00	32 959,68	(573 759,04)	3 120 645,61	1 949 907,02	(574 681,10)	4 181 009,51	0,00	4 181 009,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras											0,00
Realização de excedentes de revalorização					572 214,65	-572 214,65					0,00
Excedentes de revalorização											0,00
Ajustamento por ipostos diferidos											0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	-574 681,10			574 681,10			0,00
Aplicação do resultado líquido					8 784,97		-23 916,92				0,00
Outras alterações											0,00
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	6 319,52	-572 214,65	-23 916,92	574 681,10	-15 131,95		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
RESULTADO INTEGRAL											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Distribuições											0,00
Outras operações											0,00
Sub-total	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021											
1 + 2 + 3 + 5											
		225 937,34	0,00	32 959,68	(567 440,52)	2 548 431,06	1 925 990,10	(241 788,78)	3 924 088,88		3 924 088,88

Stimund de Graes Salgueiro Pereira Alves
Yago Soares Aguiar
Luís Carlos

x Aguiar

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do capital próprio
1	17.7	225 937,34	0,00	32 959,68	(567 440,52)	2 548 431,06	1 925 990,10	(241 788,78)	3 924 088,88	0,00	3 924 088,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras											0,00
Realização de excedentes de revalorização					151 817,14	-151 817,14					0,00
Excedentes de revalorização											0,00
Ajustamento por ipostos diferidos											0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	-241 788,78			241 788,78	0,00		0,00
Aplicação do resultado líquido					370 533,41		-50 002,27		320 531,14		0,00
Outras alterações											0,00
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	280 561,77	-151 817,14	-50 002,27	241 788,78	320 531,14		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-280 250,61	-280 250,61		-280 250,61
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							-38 461,83	40 280,53		40 280,53
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Distribuições											0,00
Outras operações											0,00
Sub-total	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	1 + 2 + 3 + 5	225 937,34	0,00	32 959,68	(286 878,75)	2 396 613,92	1 875 987,83	(280 250,61)	3 964 369,41		3 964 369,41

Manuel António da Silva Almeida
 Município de Sardoal, Largo do Povoado, 1000-001 Sardoal, Portugal
 José Manuel Almeida
 Presidente do Conselho de Administração

Manuel António da Silva Almeida

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

22 de março de 2023



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações.....	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos	18
9	Inventários	19
10	Rédito.....	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes.....	21
17.4	Outros ativos correntes	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.7	Fundos Patrimoniais	23
17.8	Fornecedores	23
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	23
17.10	Outros Passivos Correntes	23
17.11	Trabalhos para a própria entidade	24
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.13	Fornecimentos e serviços externos	24
17.14	Outros rendimentos.....	25

17.15 Outros gastos	25
17.16 Resultados Financeiros	25
17.17 Acontecimentos após data de Balanço.....	26



Augusto Mendes



1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede em Largo do Convento, concelho e freguesia de Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), desenvolvendo ainda atividade no fornecimento protocolado de refeições, gestão do seu património e exploração agrícola. Atua ainda como entidade mediadora no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), através da entrega de bens alimentares essenciais a famílias carenciadas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, que foi objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

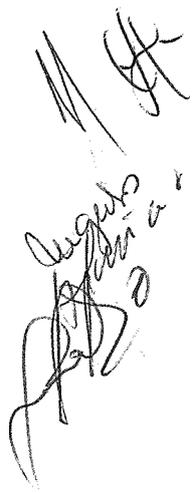
Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.



3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições na data do balanço.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.



No ano de 2018 ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais, bem como de edifícios e outras construções, sendo que os mesmos estão reconhecidos pelo método da revalorização.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registrado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Ativos biológicos

Os ativos biológicos encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.13 Trabalhos para a própria entidade

São os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização é o custo de produção desses trabalhos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	847 930,00					847 930,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	847 930,00					847 930,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	329 544,42		11 970,00	3 540,00		314 034,42
Edifícios e outras construções	4 245 431,62			589 715,00		3 655 716,62
Equipamento básico	340 672,16	5 085,96				345 758,12
Equipamento de transporte	96 950,58					96 950,58
Equipamento administrativo	86 874,19					86 874,19
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78 537,66					78 537,66
Total	5 178 010,63	5 085,96	11 970,00	593 255,00	0,00	4 577 871,59
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	402 670,35	116 388,24		44 228,62		474 829,97
Equipamento básico	315 473,35	10 927,28				326 400,63
Equipamento de transporte	68 652,61	9 611,83				78 264,44
Equipamento administrativo	79 907,17	3 174,57				83 081,74
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36 470,79	1 485,55				37 956,34
Total	903 174,27	141 587,47	0,00	44 228,62	0,00	1 000 533,12

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	314 034,42		5 000,00			309 034,42
Edifícios e outras construções	3 655 716,62		260 772,50			3 394 943,87
Equipamento básico	345 758,12	28 317,88				374 076,00
Equipamento de transporte	96 950,58					96 950,58
Equipamento administrativo	86 874,19	54,99	4 150,07			82 779,11
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78 537,66					78 537,66
Total	4 577 871,59	28 372,87	269 922,57	0,00	0,00	4 336 321,64
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	474 829,97	110 924,29	16 124,85			569 629,41
Equipamento básico	326 400,63	9 846,97				336 247,60
Equipamento de transporte	78 264,44	9 611,83				87 876,27
Equipamento administrativo	83 081,74	3 080,59	4 150,07			82 012,26
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	37 956,34	1 485,55				39 441,89
Total	1 000 533,12	134 949,23	20 274,92	0,00	0,00	1 115 207,43

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Ativos fixos tangíveis em curso	307 427,54					307 427,54
Total	307 427,54	0,00	0,00	0,00	0,00	307 427,54
Depreciações acumuladas						
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Ativos fixos tangíveis em curso	307 427,54	6 411,25				313 838,79
Total	307 427,54	6 411,25	0,00	0,00	0,00	313 838,79
Depreciações acumuladas						
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00

Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 125,09	735,36				9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 125,09	735,36	0,00	0,00	0,00	9 860,45

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	61 732,97	52 658,66	9 074,31	61 732,97	42 584,32	19 148,65
Total	61 732,97	52 658,66	9 074,31	61 732,97	42 584,32	19 148,65

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	45 862,02	157 586,28	203 448,30	13 888,92	211 111,08	225 000,00
Locações Financeiras	12 118,70	6 909,10	19 027,80	12 749,48	18 262,75	31 012,23
Cartão de Crédito	35 324,00	0,00	35 324,00	30 378,71	0,00	30 378,71
Total	93 304,72	164 495,38	257 800,10	57 017,11	229 373,83	286 390,94

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7 171,32	132 202,02	64 036,36	4 208,47	152 423,51	48 272,57	6 108,02
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos biológicos de produção	10 581,00		1 000,00	11 581,00		7 504,00	4 037,00
Total	17 752,32	0,00	0,00	15 789,47	152 423,51	55 766,57	10 145,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				71 128,51			102 251,39
Variações nos inventários da produção				1 000,00			-7 544,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	7 500,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores + serviços	515 995,51	536 016,04
Quotizações e joias	3 467,00	0,00
Juros	0,00	26,69
Total	526 962,51	536 042,73

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável neste exercício.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios de Entidades Públicas":



Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
Comparticipações – Acordos Cooperação ISS	398 621,87	436 972,96
IEFP	6 945,33	9 601,39
Exploração agrícola (IFAP)	4 338,93	4 859,86
IAPMEI	5 936,00	4 605,25
Total	415 842,13	456 039,46

Em 2022, foi aprovado o apoio financeiro do Fundo de Socorro Social, no valor de **311 935,71€**, utilizado na sua totalidade.

Foi transferido diretamente para a rubrica de “Resultados Transitados”, nos Fundos Patrimoniais, pelo que não afeta os resultados do referido período.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável devido à isenção definitiva da entidade.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “65” e em 31/12/2021 foi de “83”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	7 200,00
Remunerações ao pessoal	743 462,09	910 588,33
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	36 446,21	0,00
Encargos sobre as Remunerações	151 112,59	186 599,20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 352,75	9 557,15
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	9 013,64	5 584,83
Total	948 387,28	1 119 529,51

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	6 733,77	6 733,77
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	6 733,77	6 733,77
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	800,00	800,00
Outros investimentos financeiros	17 722,97	23 026,25
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6 733,77	-6 733,77
Total	18 522,97	23 826,25

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

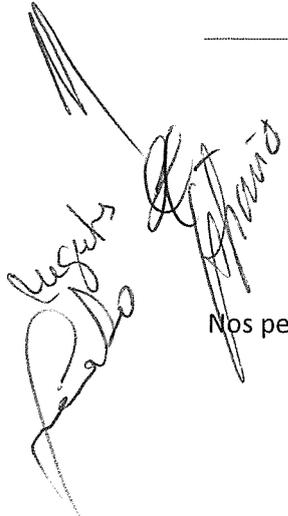
Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	3 396,00	2 672,00
Perdas por imparidade	-1 754,00	-1 834,00
Total	1 642,00	838,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Imparidade em Associados/Irmãos	0,00	-228,00
Reversão de imparidades	80,00	0,00
Total	80,00	-228,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	25 621,95	32 793,47



Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	91 932,52	91 877,73
Perdas por imparidade acumuladas	-91 932,52	-91 877,73
Total	25 621,95	32 793,47

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	-1 108,49	-1 033,09
Reversão de perdas por imparidade	1 053,70	23 770,58
Total	-54,79	22 737,49

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	0,00	150,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 475,05	5 402,08
Outros devedores	6 783,73	12 754,30
Outros ativos	0,00	0,00
Total	12 258,78	18 306,38

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 754,36	843,08
Custos diferidos	12 195,89	16 616,55
Material de escritório	958,16	536,72
Serviços especializados	1 022,39	368,80
Outros fluidos	2 914,32	1 436,43
Outros serviços diversos	50,32	0,00
Aluguer de equipamentos	90,44	85,98
Total	18 985,88	19 887,56
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	151,42	310,77
Subsídios ao emprego	0,00	6 174,14
Outras receitas	27 466,97	0,00
Total	27 618,39	6 484,91

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	672,27	268,89
Depósitos à ordem	85 936,84	6 252,57
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	86 609,11	6 521,46

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225 937,34	0,00	0,00	225 937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32 959,68	0,00	0,00	32 959,68
Resultados transitados	-567 440,52	534 153,33	-253 591,56	-286 878,75
Excedentes de revalorização	2 548 431,06	10 945,00	-162 762,14	2 396 613,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 925 990,10	24 871,42	-74 873,69	1 875 987,83
Total	4 165 877,66	569 969,75	-491 227,39	4 244 620,02

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	49 665,11	198 990,44
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	49 665,11	198 990,44

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 636,51	3 334,10
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 636,51	3 334,10
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 296,37	4 951,25
Segurança Social	25 649,79	117 891,45
Outros Impostos e Taxas	140,53	210,47
Total	30 086,69	123 053,17

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
-----------	------	------



	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes		13 951,17		10 771,24
Pessoal				
Remunerações a pagar		624,57		30 584,05
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		922,50		0,00
Credores por acréscimo de gastos		146 919,91		212 188,44
Outros credores		67 347,37		61 440,63
Total	0,00	229 765,52	0,00	314 984,36

17.11 Trabalhos para a própria entidade

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes trabalhos para a própria entidade:

Descrição	2022	2021
Trabalhos para a própria entidade	1 530,76	2 389,91
Total	1 530,76	2 389,91

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	411 503,20	446 574,35
Subsídios de outras entidades	4 338,93	9 465,11
Doações e heranças	16 296,09	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	432 138,22	456 039,46

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Em 2021, as “Doações e heranças” foram registadas na rubrica “Outros rendimentos similares” (no valor de 17 210,84) pelo que não é possível comparar o valor inscrito na tabela com anos anteriores.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	54 227,24	56 867,18
Materiais	8 312,19	2 407,28
Energia e fluidos	106 775,26	98 170,01
Deslocações, estadas e transportes	254,05	208,27
Serviços diversos	91 734,12	115 189,10
Total	261 302,86	272 841,84

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	9 458,33	11 087,77
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 327,83	1 566,88
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	31 377,90	104 513,62
Rendimentos em investimentos não financeiros	164 322,92	219 203,34
Outros rendimentos	20 578,29	27 632,85
Juros obtidos	0,00	26,69
Outros rendimentos similares	0,00	23 536,77
Total	227 065,27	387 567,92

Os valores reconhecidos na rubrica "Outros rendimentos similares" em 2021, foram reconhecidos em outras rubricas no ano de 2022, nomeadamente:

- As "Doações e heranças", que foram registadas na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" (ver Nota 17.12); e
- As "Quotizações", que foram registadas na rubrica "Quotizações e joias" (ver Nota 10).

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	445,39	191,04
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1 725,30	10 210,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4 406,31	19 180,41
Outros gastos e perdas de financiamento	2 628,43	6 181,30
Total	9 205,44	35 762,75

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 320,05	5 726,16
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	4 320,05	5 726,16

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

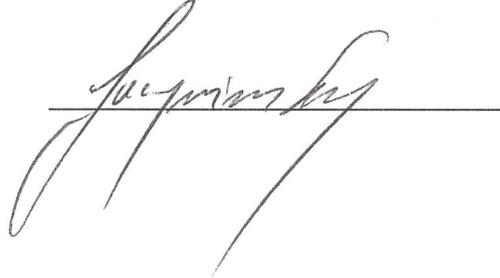
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

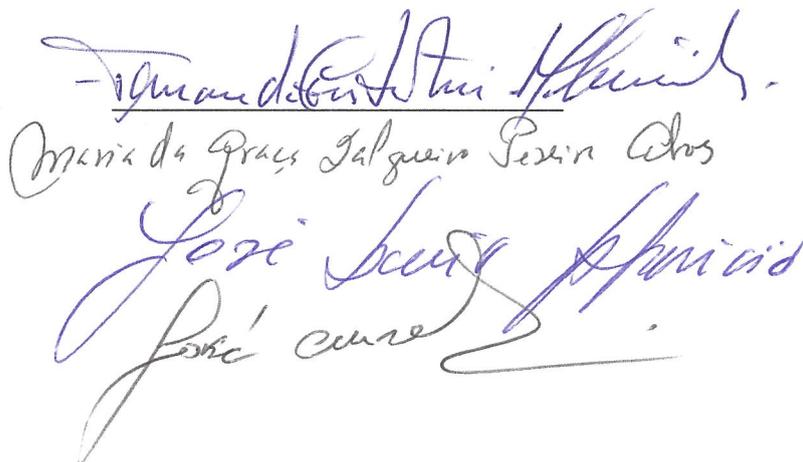
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Sardoal, 22 de março de 2023

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa


 Maria da Graça Salgueiro Pereira Alves
 José Sousa Afonso
 José Carlos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Santa Casa da Misericórdia do Sardoal**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4 559 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 3 964 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 280 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Continua a manifestar-se uma tendência de resultados deficitários, não obstante os fundos próprio no exercício terem crescido no valor 40 m.€, resultante do apoio do Fundo de Socorro social, no montante de 312 m.€ que permitiu reduzir o passivo que passou de 929 m.€ em 31-12-2021 para 595 m.€ em 31-12-2022.

De salientar que a Direção, tomou medidas de reestruturação no sentido de inverter a tendência de resultados deficitários, e que espera produzam resultados no futuro.

A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

3/4
23



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 22 de Março de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por Carlos António Rosa Lopes (ROC n° 645)

4/4



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Parecer do Conselho Fiscal

Ao Relatório e Contas do Exercício do ano de 2022

No âmbito das Competências que ao Conselho Fiscal são atribuídas em conformidade com a alínea c), nº1 do art. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, vem este Órgão dar parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2022, documentos estes enviados pela Mesa Administrativa para o efeito.

O Relatório e Contas do Exercício do ano de 2022 é um documento que define as ações a que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal executou, dando cumprimento aos objetivos de melhoria dos serviços prestados e sustentabilidade orçamental.

Pela análise de toda a documentação enviada e pelos esclarecimentos prestados em caso de dúvidas, é Parecer do Conselho Fiscal que, o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2022 sejam aprovados pela Irmandade.

Sardoal, 27 de março de 2023

O Conselho Fiscal

António Maria Moura de Castro
Luís Filipe Sousa Pereira
Maria José Pacheco Lopes Correia